

SERVIDORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO RIO ELEGEM DELEGAÇÃO PARA 17ª PLENÁRIA NACIONAL DE FENAJUFE

Doze representantes, oriundos de duas chapas, vão defender interesses da categoria fluminense dias 4, 5 e 6 de maio, em São Luís (MA)

Os servidores do Judiciário Federal do Rio serão representados na 17ª Plenária Nacional da Fenajufe por 12 delegados eleitos em assembleia realizada nesta terça-feira, 17 de abril, e mais seis observadores – estes sem direito a voto. Duas chapas disputaram entre às 12h e às 13h, diante da Justiça Federal da avenida Rio Branco, as vagas para a plenária anual da federação que ocorrerá nos dias 4, 5 e 6 de maio, em São Luís, no Maranhão.

Uma das chapas se comprometeu logo de saída com a aprovação do PL 6.613 e se autointitulou “PCS Já!”; a outra se autodenominou “oposição” à direção do Sisejufe. A eleição seguiu os critérios da Fenajufe para a escolha de delegados e 174 servidores e servidoras se inscreveram, sendo que 139 votaram nas relações de candidatos das duas chapas que se apresentaram.

Duas chapas concorreram

A Chapa 1 – PCS Já! recebeu 72,2% dos votos (primeira foto, à direita), elegeu nove delegados e ainda levará cinco observadores à plenária. Do outro lado, a Chapa 2 – Oposição obteve 27,8% dos votos da assembleia (segunda foto), o que lhe deu três representantes e um observador, pelos critérios proporcionais estabelecidos pela Fenajufe. Para o diretor do

Sisejufe, Roberto Ponciano, que coordenou a assembleia, a categoria sai bem representada.

“Todos representarão os interesses dos servidores do Rio de Janeiro em São Luís, ainda que a Chapa 2, que discursou na assembleia pelo PL 6.613, seja um amálgama entre o campo Luta Fenajufe e o grupo Pró-subsídio”, aponta Ponciano.

O clima de eleição dos delegados transcorreu em ordem. Antes de começar a assembleia, os servidores assinaram a lista de presença e receberam os cartões que asseguravam direito a voto. Foram quatro listas divididas por ordem alfabética. Só poderia votar quem estivesse inscrito para participar, como determina o regulamento da Fenajufe para escolha de delegados à plenária.

Defesa de teses

Antes da votação, houve discursos de defesa das chapas. Coube à coordenadora do Departamento Jurídico do Sisejufe, Mariana Liria, e ao diretor-presidente do sindicato, Valter Nogueira Alves, defender a tese da Chapa 1. O servidor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) Marcos Valério Raposo discursou em defesa da Chapa 2. Cada grupo teve direito a cinco minutos para apresentar suas propostas. Mariana e Valter dividiram o tempo. Veja na página 3 a composição da delegação do Rio. (Texto: Max Leone. Edição: Henri Figueiredo)



Fotos: Henri Figueiredo



Ayres Britto assume a Presidência do STF

O ministro Carlos Ayres Britto tornou-se na quinta-feira, 19 de abril, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) para o biênio 2012-2014. Seu vice-presidente é o ministro Joaquim Barbosa.

O mandato do presidente, geralmente de dois anos, será mais curto devido à aposentadoria compulsória de Ayres Britto, que completará 70 anos em novembro. A partir desse momento, Joaquim Barbosa assume a presidência até o final do mandato, com o ministro

Ricardo Lewandowski como vice.

Centenas de servidores do Judiciário Federal foram a Brasília, em 19 de abril, dar adeus ao ministro Cezar Peluso. Com faixas, apitos e disposição, os manifestantes expuseram toda insatisfação da categoria aos convidados para a posse do novo presidente do Supremo com a atuação tímida de Peluso – que não garantir a autonomia do Judiciário e não negociou com o Executivo a votação do PL 6.613/2009. “Peluso sai e não deixará saudades”, resume

o diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves. “Esperamos que o ministro Ayres Brito assuma a Presidência com outro espírito em relação aos servidores”.

Com declarações bombásticas, em entrevista a um grande jornal, o novo vice-presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, fez duras críticas a Peluso afirmando, entre outras coisas, que ele “não hesitava em violar as normas para impor à força a sua vontade”.

PÁGINA 3

LEIA MAIS

Reestruturação de funções não entra em votação no Plenário do TRF

PÁGINA 4

Enunciado do CNJ trata do corte de ponto dos servidores durante greve

PÁGINA 4

Coordenador de Segurança da JFRJ teria negado pagamento de extras

PÁGINA 5

Servidores vão lutar por redução da contribuição previdenciária de aposentados

PÁGINA 6

Dirigente da CUT Nacional fala da campanha contra o imposto sindical

PÁGINA 7



CUT e Sisejufe fazem seminário sobre desafios da comunidade LGBT

Gênero Evento acontece de 8 a 10 de maio no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro

Serão três dias de reflexão sobre o cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

A Central Única dos Trabalhadores do Rio (CUT-RJ), por meio do Coletivo LGBT, vai promover de 8 a 10 de maio, às 18h, o seminário “Visibilidade LGBT e o Mundo do Trabalho: conhecer, entender e respeitar SIM, Discriminar NÃO!”. O evento ocorre no Sindicato dos Bancários do Rio (avenida Presidente Vargas 502, 20º andar). Serão três dias de reflexão sobre o cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros na luta contra a exclusão social e profissional e pelo respeito à

cidadania e direitos trabalhistas.

A primeira mesa “Identidades coletivas e comportamento da sexualidade humana” acontece dia 8 de maio, com participação da doutora em Saúde Coletiva Silvia Alexim Nunes, do Instituto de Medicina Social da Uerj, além do presidente da CUT-RJ Darby Igayara, do presidente do Sindicato dos Bancários, Almir Aguiar, do diretor de formação da CUT-RJ e do diretor do Sisejufe, Roberto Ponciano, e Adilson Barros, diretor do coletivo LGBT da CUT-RJ.

No segundo dia (9/5), o se-

minário discutirá a Visibilidade Lésbica e o Mundo do Trabalho. Os palestrantes serão Virgínia Figueiredo, da Liga Brasileira de Lésbicas e Yone Lindgren, coordenadora geral do movimento D’Ellas e vice-presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT). Marlene Miranda, diretora do Coletivo de Mulheres da CUT-RJ, mediará o debate. Haverá apresentação de poesia e música com Lucília Dowlsley.

No último dia (10/5), o tema será “Visibilidade LGBT e o Mundo do Trabalho” com presença do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ). Serão discutidos enfrentamentos e promoção de políticas públicas e sociais em favor da comunidade LGBT. Inscrição (gratuita) pelo e-mail adilbarros2002@hotmail.com ou pelos telefones 9904-6077 e 9789-9746.

SEMINÁRIO
Visibilidade LGBT e o Mundo do Trabalho
“Conhecer, entender e respeitar SIM, discriminar NÃO!”

De 8 a 10 de maio

Programação

Dia 8 de maio de 2012
 18h – Credenciamento
 18h30 – Identidades coletivas e sexualidade humana
 Palestrante
 Dra. Silvia Alexim Nunes – Doutora e pós-doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da UERJ

Convidados:
 Darby Igayara – Presidente da CUT-RJ
 Roberto Ponciano – Secretário de Formação da CUT-RJ
 Almir Aguiar – Presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro
 Apresentação – Adilson Barros – LGBT CUT-RJ e Direção dos Bancários-RJ

Dia 9 de maio de 2012
 18h – Visibilidade Lésbica e o Mundo do Trabalho
 Palestrantes
 Virgínia Figueiredo – Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)
 Yone Lindgren – Coordenadora Geral do Movimento D’Ellas e Vice-presidente da ABGLT.

Mediadora
 Marlene Miranda – Coletivo de Mulheres da CUT-RJ
 Noite com Poesia e Música com Lucília Dowlsley

Dia 10 de maio de 2012
 18h – Visibilidade LGBT e o Mundo do Trabalho
 Palestrante – Deputado federal Jean Wyllys
 Apresentação de envelope teatral Cia. Emergência Teatral
 Encerramento
 Local: Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro
 Av. Presidente Vargas, 502/21º andar – Centro/RJ

Mais informações – Adilson Barros – 9904-6077
Roberto Ponciano – 9189-9746
Inscrições pelo e-mail: adilbarros2002@hotmail.com

Organização Coletivo LGBT e **CUT RJ** **SISEJUFE**

Contraponto

SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

REDAÇÃO: Tatiana Lima (MTb 32631/RJ) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) **EDITOR:** Max Leone.
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda – **EDITOR-CHEFE:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em Papel Reciclado. 8,3 mil exemplares.

Delegação do Rio defenderá mobilização na luta pelo PL 6.613

Plenária Representantes da categoria destacam a importância da unidade para conquistar PCS

Assembleia marca retomada dos trabalhos pela aprovação do projeto que garante o PCS do funcionalismo do Judiciário Federal no Congresso

Primeira a discursar na assembleia para escolha de delegados à 17ª Plenária Nacional da Fejajufe, a diretora sindical Mariana Liria destacou a grande participação de servidores de vários segmentos do Judiciário Federal na assembleia. Ela lembrou que o momento é difícil e que sem mobilização e unidade da categoria não haverá chance de aprovar o PCS.

“Vivemos um momento grave. São seis anos sem reajuste e precisamos retomar a mobilização. A saída de Cezar Peluso da Presidência do STF será importante. Temos que ter clareza sobre qual projeto de luta política a Fenajufe vai adotar. Defendemos uma política sem divisionismo para mantermos a nossa unidade. Temos que manter a mobilização pela aprovação do PCS”, discorreu Mariana.

Em seguida, Valter Nogueira Alves acrescentou que a assem-

bleia para escolha da delegação do Rio de Janeiro marca a retomada da mobilização da categoria no estado na luta pelo PL 6.613. “A falta de liderança política de Peluso, na defesa dos servidores do Judiciário Federal, e a divisão da categoria prejudicou a nossa luta. Defendemos reajuste linear para todos e não outra forma remuneratória. Defendemos o nosso PCS”, afirmou Valter.

Marcos Valério Raposo, da Chapa 2, criticou a política do governo federal para o funcionalismo público. Segundo ele, os delegados da plenária devem ressaltar o desrespeito que os servidores têm sofrido com os seis anos sem reajuste. “Precisamos construir um movimento de luta independente do governo e sem atrelamentos. Vamos à plenária defender o PCS com uma posição de unidade”, disse o servidor do TRE.



Valter Nogueira Alves: “Defendemos reajuste linear para todos e não outra forma remuneratória. Defendemos o nosso PCS”

Confira da delegação eleita para a 17ª Plenária Nacional da Fenajufe:

Delegados

1. Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior – JF/Rio Branco
2. Ronaldo Almeida das Virgens - TRF
3. Mariana Ornelas de Araújo Goés Liria – JF/São João de Meriti
4. Ricardo de Azevedo Soares – JF/Almirante Barroso
5. Willians Faustino de Alvarenga – TRT
6. Lucilene Lima Araújo de Jesus – Delegada de direção –

Aposentada/TRT

7. Edson Mouta Vasconcelos – TRF
8. Adriana Aparecida Tangerino Otero – TRE
9. Marcus Vinícius Soares Monteiro – TRE
10. Soraia Garcia Marca – TRF
11. Sergio da Silva Feitosa – TRT – chapa oposição
12. Leandro Adena Amorim – JF/Venezuela – chapa oposição
13. Leonardo Couto Chueri – TRE – chapa oposição

Observadores

1. Dulavim de Oliveira Lima Júnior – JF/ Almirante Barroso
2. Marcos André Leite Pereira – JF/ São João de Meriti
3. Olker Guimarães Pestana – Aposentado - JF/ Campos
4. José Fonseca dos Santos – TRF
5. Carlos Eduardo Nani – JF/ Rio Branco
6. Gilbert de Azevedo Silva – JF/Venezuela
7. Wanderson Leão Alves – TRF – chapa oposição

Adeus Peluso! Não sentiremos saudades

O diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, resumiu bem o sentimento dos servidores do Judiciário Federal em relação à saída do ministro Cezar Peluso da Presidência do STF. “Ele não deixará saudades”, enfatizou o dirigente sobre a postura de Peluso no encaminhamento da negociação do PL 6.613/2009 com o Poder Executivo. No ato de adeus ao ex-presidente do STF, centenas de manifestantes, inclusive representantes do Sisejufe, demonstraram a grande insatisfação da categoria com a gestão do ministro. Atendendo ao chamado da direção da Fenajufe, os servidores presentes aproveitaram a posse do novo presidente do Supremo, ministro Ayres Brito, para cobrar postura mais

favorável à defesa do funcionalismo e da autonomia do Poder Judiciário.

“A manifestação cumpriu o objetivo de levar o recado da categoria para dentro do STF. Também marcou a nossa crítica a essa gestão que está saindo e a reivindicação para que a nova assuma o compromisso com a categoria e enfrente o governo para negociar o nosso PCS. Esperamos, portanto, que essa mudança represente, também mudança de postura do STF em relação a nossa revisão salarial”, disse Zé Oliveira, coordenador geral da Fenajufe, aos servidores que participavam da manifestação no dia 19 de abril em Brasília.

Peluso também não deixará saudades para os colegas da

Corte. Em entrevista ao jornal O Globo, o novo vice-presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, fez duras críticas e com declarações bombásticas classificou o ex-presidente do STF de “ridículo”, “brega”, “caipira”, “corporativo”, “desleal”, “tirano” e “pequeno”. Não poupou palavras, soltou o verbo quanto a postura de Peluso na condução dos trabalhos na Casa.

“As pessoas guardarão a imagem de um presidente conservador e tirânico, que não hesitava em violar as normas quando se tratava de impor à força a sua vontade”, diz em determinado trecho da matéria pública em 20 de abril. [Leia a íntegra em

Saindo de cena: depois de dois anos, Peluso (à direita) passou o cargo a Britto

-globo-peluso-manipulou-resultados-de-julgamentos-diz-joaquim-barbosa&catid=3:notas&Itemid=2).

Em 18 de abril, por mais uma vez o PL 6.613 não foi votado

na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Por recomendação do Executivo, deputados da base aliada não compareceram à sessão que acabou não tendo quórum.

Reestruturação de funções não entra em votação

TRF Servidores participam de ato na porta do tribunal e de vigília silenciosa na galeria do plenário

Presidenta informou que fará consulta a órgãos e estudo sobre real impacto da proposta de reestruturação antes de votá-la

Texto e fotos
Max Leone*

A presidenta do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), desembargadora Maria Helena Cisne, informou, logo após abertura da reunião do Plenário do Tribunal, em 9 de abril, que a proposta de reestruturação das funções dos setores administrativos, turmas e sessões não foi colocada na pauta de votação e que, por conta disso, não seria apreciada pelos desembargadores naquela oportunidade. A presidenta fez a declaração ao verificar que a galeria estava repleta de servidores que faziam vigília silenciosa. Pelo menos 80 servidores do tribunal e acompanhados de diretores do Sisejufe estavam presentes. Uma possível reestruturação atingirá

cerca de 180 servidores do TRF.

“Presumo que sejam servidores interessados na votação da proposta de reestruturação. Aproveito para dizer que não coloquei na pauta e que não vai ser votado. Vamos fazer estudo de impacto da reestruturação. Vamos consultar órgãos competentes e o real impacto da proposta antes de votá-la”, disse a desembargadora Maria Helena Cisne, que em seguida foi aplaudida pelos servidores.

Antes de acompanharem a abertura dos trabalhos no plenário, diretores do Sisejufe e servidores do TRF participaram de manifestação contra a proposta. Mais de cem funcionários se concentraram na porta do TRF.

“Essa medida tende a provocar grande desestímulo e grande desânimo no pessoal da área administrativa. Imagina chegar no fim do mês e o servidor ter, em média, menos 20% de sua remuneração”, questionou o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano.

A não-entrada na pauta de votação aconteceu após a direção do Sisejufe ter encaminhado requerimento administrativo, em 2 de abril, à Presidência do TRF, solicitando o adiamento da apreciação. Em 28 de março, mais de 200 servidores fizeram ato antes de audiência do sindicato com a presidenta do



Mais de cem servidores participaram do ato promovido pelo Sisejufe, em frente do prédio do TRF, no dia 9 de abril de 2012

tribunal para tratar do assunto.

“Na reunião com a desembargadora Maria Helena Cisne ponderamos sobre os possíveis impactos e mostramos que é o pior momento para se fazer a reestruturação. É preciso fazer estudo aprofundado sobre o tema”, ressaltou o diretor presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves.

O diretor do sindicato Edson Mouta Vasconcelos lembrou que a categoria precisa estar mobilizada. “É para garantir o que já temos, que são as funções. Lutamos pelo PCS que ainda não veio e, como todos sabem, está difícil de ser aprovado. Temos mais esse desafio [barrar a reestruturação]”, afirmou.

A servidora Lenilda Correa lembrou declaração da presidenta do TRF sobre a reestruturação. Ela leu trecho da matéria do boletim Fique Por Dentro, sobre a reunião com a direção do Sisejufe. “A presidenta disse que ‘o espírito do estudo é melhorar e não prejudicar. Hoje, nosso

entendimento é de que existem setores inchados enquanto falta servidores em outros’. Mas se há setores inchados, a culpa não é nossa. Se a medida não é para prejudicar, que não seja adotada pelo tribunal”, afirmou.

*Da Redação.



Edson Mouta, Valter Nogueira Alves e Roberto Ponciano no Plenário do TRF

Enunciado trata de corte de ponto e da compensação dos dias parados devido à greve de servidores

CNJ estabelece serem legítimos os descontos salariais por paralisação, desde que não haja opção pela compensação

Servidores do judiciário federal poderão ter que compensar horas não trabalhadas em decorrência de greve. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou em 11 de abril o enunciado do Ato Normativo 0001415-28.2012.2.00.0000 referente ao corte de ponto dos servidores em decorrência de greve e paralisações. Segundo a Fenajufe, o texto aprovado incorpora a possibilidade de compensação, que não estava contemplada na proposta original do relator.

O novo enunciado estabelece que a greve suspende o contrato de trabalho, sendo legítimos os descontos salariais dos dias de paralisação, desde que não haja opção pela compensação. De acordo com Gilberto Martins, relator do Ato Normativo, o enunciado revela o entendimento atual do conselho sobre determinada matéria, e a possibilidade dos descontos tem sido reiteradamente reconhecida pelo Plenário.

Segundo informações obtidas, durante a sessão, pelo assessor

jurídico da Fenajufe, Pedro Pita Machado, a possibilidade de compensação foi incluída como uma espécie de recomendação aos tribunais e sindicatos, para que haja efetiva negociação em torno do tema. O relator também destacou que o texto visa mostrar a impossibilidade de haver qualquer punição aos grevistas, bem como outros prejuízos funcionais que não seja o eventual desconto dos dias não trabalhados, se não houver a compensação.

Na avaliação de Pita Machado, “o texto não reflete a posição dos trabalhadores sobre o direito de greve, mas também é inegável que houve um avanço em relação à proposta original, que se limitava a autorizar os

descontos”. De acordo com ele, o atraso na regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a negociação coletiva no serviço público tem contribuído para gerar impasses como esses.

Confira o conteúdo do enunciado

“A paralisação dos servidores públicos do Poder Judiciário por motivo de greve, segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e deste Conselho Nacional de Justiça, implica a suspensão da relação jurídica de trabalho e, consequentemente, há possibilidade do desconto da remuneração correspondente (Lei 7.783/89), se não houver

opção pela compensação dos dias não trabalhados”.

Precedentes: Pedido de Providências nº 0005713-97.2012.2.00.0000, em 14 de Fevereiro de 2012, na 141ª Sessão Ordinária, Pedido de Providências nº 0000098-92.2012.00.0000 e Pedido de Providências nº 000096.25,2012.2.00.0000, julgados em 27 de Fevereiro de 2012, na 144ª Sessão Ordinária e Mandado de Injunção 708/DF, do STF.

Conselheiro Gilberto Valente Martins

Fonte: Imprensa Fenajufe, com informações da Assessoria Jurídica Nacional

Coordenador de segurança da JFRJ teria negado horas extras para servidores que foram a Volta Redonda

Agentes Apesar de regulamentado pelo CJF, responsável pelo setor só solicitou pagamento após intervenção de magistrada

Mesmo com o reconhecimento, em dezembro de 2011, pelo Conselho de Justiça Federal (CJF) (leia matéria abaixo) de que o pagamento da hora extraordinária é um direito do servidor público, a decisão não é cumprida em alguns setores do Judiciário Federal do Rio. De acordo com denúncias que chegaram à direção do Sisejufe, o coordenador de segurança da Justiça Federal do Rio não quis solicitar ao diretor do Foro o pagamento de horas extras a três agentes de segurança. Os servidores foram deslocados para Volta Redonda para trabalhar no julgamento de quase 100 réus da “Operação Resplendor” da Polícia Federal (PF). Os indiciados no processo integravam uma quadrilha que foi desbaratada pela PF em 2011 e contava com a participação de delegados e agentes da polícia federal, empresários, policiais civis e militares.

Os agentes que permaneceram na cidade entre os dias 5 e 20 de março, período em que ficaram responsáveis pela segurança das audiências e da magistrada, viajaram sem receber antecipadamente os valores das diárias – elas só foram pagas na metade da segunda semana. Esses servidores trabalhavam, em média, 15 horas diárias e não sabiam que tinham direito a receber pela horas trabalhadas a mais. Só ficaram sabendo pelo fato de os servidores lotados na vara criminal de Volta Redonda estarem todos recebendo pelo trabalho extra e terem informado aos agentes de segurança que o coordenador de segurança poderia solicitar ao Diretor do Foro tal pagamento. Diante disso, um dos agentes requereu ao coordenador que fosse solicitado o pagamento das horas extraordinárias. De acordo com o que foi relatado ao Sisejufe, o coordenador de segurança teria

negado veementemente o pedido e teria respondido que quem trabalha com ele não recebe hora extra.

Os servidores em questão levaram o fato à juíza federal Michele Menezes da Cunha e a informaram que não era justo trabalhar sem, no mínimo, receber parte das horas extras, já que a jornada cumprida por eles extrapolava em muito a carga horária prevista. A magistrada, então, entrou em contato com o coordenador da segurança e lhe comunicou que levaria o caso ao Diretor do Foro caso não fosse solicitado o pagamento das horas extras. Somente com essa intervenção, o coordenador da segurança decidiu proceder a solicitação de pagamento das horas extraordinárias cumpridas pelos agentes de segurança.

Práticas como essa não podem continuar acontecendo, pois todos os servidores, comissionados ou não, têm definido em

Práticas como essa não podem continuar acontecendo, pois todos os servidores, comissionados ou não, têm definido em Lei uma jornada de 8 horas a ser cumprida

Lei uma jornada de 8 horas a ser cumprida. Não pode o gestor, ao seu bel prazer, impor carga horária maior sem solicitar o

pagamento das horas extraordinárias.

Imprensa do Sisejufe

Conselho regulamenta pagamento e compensação de horas extras na Justiça Federal de 1º e 2º graus

Em dezembro do ano passado, o Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou a regulamentação do pagamento e a compensação de hora extra no âmbito do CJF e da Justiça Federal de 1º e 2º graus. O relator da matéria, ministro Ari Pargendler, sugeriu alterações nos artigos 45, 46 e 47 da Resolução 4/2008.

A nova redação da norma instituiu, entre outros pontos: o serviço extraordinário é o que excede a jornada de trabalho de oito horas; o servidor submetido à jornada ininterrupta poderá prestar serviço extraordinário desde que cumpra jornada de oito horas, com intervalo de, no mínimo, uma hora, no dia da prestação do serviço; o serviço extraordinário não poderá exceder duas horas diárias nos dias úteis; 44 horas mensais; e horas 134 anuais; o valor da hora extra será calculado dividindo-se a remuneração mensal do servidor, incluída a retribuição da função ou cargo comissionado, pelo resultado da multiplicação do número de horas da jornada diária por 30, adotando-se o divisor de 200



Ministro Ari Pargendler propôs ajustes pontuais

com acréscimo de 50% se em dia útil ou sábado e 100% em caso de domingos, feriados e recesso forense (20 de dezembro a 6 de janeiro); A critério do titular da unidade, as horas extras poderão ser convertidas em banco de horas e utilizadas em até 60 dias.

A resolução teve alterado seu Artigo 42, que passou a incluir o servidor ocupante de cargo em comissão na remuneração extraordinária. A compensação pela prestação de serviço extraordinário, quando convertida em dias de folga, poderá ser feita

até o final do exercício a que se refere, com exceção das horas extras trabalhadas nos meses de novembro e dezembro, que poderão ser utilizadas como folga até o final do exercício subsequente. A sessão do colegiado ocorreu em 6 de fevereiro deste ano. Nesta sessão, o relator e presidente do CJF, ministro Ari Pargendler, esclareceu que, diante de dificuldades apresentada pelos tribunais regionais federais no cumprimento das novas regras, propôs ajustes pontuais na norma originária.

O cálculo do valor da hora ex-

traordinária será feito dividindo-se a remuneração mensal do servidor, incluída a retribuição por função de confiança ou de cargo em comissão, por duzentos. O número duzentos, conforme a nova redação, é encontrado a partir da divisão da jornada semanal (quarenta horas) por seis dias úteis de trabalho na semana, multiplicando-se o resultado obtido por trinta dias.

O servidor ocupante de cargo em comissão também poderá receber remuneração ou compensação pelo serviço extraordinário. A prestação desse serviço, no entanto, só poderá ser autorizada, por escrito, para atender a situações excepcionais e temporárias, devidamente justificadas. A autorização será dada pelo presidente, no CJF e nos TRFs, e pelo diretor do foro, nas seções judiciárias, aos quais compete reconhecer a necessidade de sua prestação e a situação excepcional e temporária.

Imprensa do Sisejufe com agências de notícias.

Juízes em situação de risco poderão ter mais segurança

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou em 11 de abril que juízes que estiverem em situação de risco, decorrente do exercício da função, poderão ter proteção ampliada com uso da polícia judiciária, de órgãos de segurança institucional ou da Polícia Militar. A comissão da Casa acatou emenda de plenário ao projeto de lei da Câmara do Deputados (PLC 3/10).

A proposição regula o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas. O relator, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), acatou mais três emendas e rejeitou outras cinco sugestões de modificação. O projeto voltará ao plenário da Casa para nova análise.

Fonte: Agência Senado

Servidores vão lutar por redução gradativa da contribuição previdenciária de aposentados

PEC 555 Assim como fizeram pela DEC 270, funcionários estão mobilizados pela outra proposta

Outro tema de destaque do Seminário do Sinal-RJ foi a qualificação dos servidores públicos para que possam prestar um serviço de qualidade à população



Mario César Pacheco (ao microfone) sugeriu a criação de uma entidade unificada de servidores públicos

Depois da grande vitória com a promulgação da PEC 270/2008, agora como Emenda Constitucional 70, os servidores federais vão lutar para que a PEC 555/2006 também seja aprovada. Participantes do Seminário “Serviço Público – Qualificação e Desenvolvimento” destacaram a

importância de realizar semelhante trabalho de conscientização no Congresso Nacional a partir de agora para facilitar a tramitação e aprovação da PEC 555, que trata da redução anual gradativa da cobrança da contribuição previdenciária em 20%, a partir dos 61 até os 65 anos.

Segundo os participantes do seminário, a pressa deve-se ao fato de que o prazo máximo desejável para a votação da proposta seria até 17 de julho, período de início do recesso do Congresso, já que no 2º semestre a mobilização dos parlamentares em torno desta

causa seria mais difícil em virtude das eleições municipais.

Outro tema de destaque foi a qualificação dos servidores públicos para que possam prestar um serviço de qualidade à população. O diretor do Sisejufe Mario César Pacheco representou a entidade nos debates do

seminário promovido pelo Sinal-RJ, SindCVM e SindSUSEP. O evento enfatizando que a qualificação dos servidores é fator imprescindível ao desenvolvimento do país. Mario César sugeriu a criação de uma entidade unificada dos servidores públicos para lutar pelos direitos da categoria. Para ele, o método de atuação de entidades como Febraban, Firjan, Fiesp, CNI, entre outras, pode servir de exemplo para os servidores públicos.

O seminário contou com a presença de mais de 120 participantes representando 27 entidades de servidores públicos, além de quatro deputados federais de diversos partidos. Andreia Zito (PSDB/RJ), Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), Chico Alencar (PSOL/RJ) e Miro Teixeira (PDT/RJ) foram enfáticos em afirmar que os servidores terão mais uma vez que estar mobilizados. E se colocaram à disposição de ajudar nessa jornada.

Com informações do Sinal-RJ.

Sisejufe promove no dia 24 de abril seminário sobre previdência complementar no setor público

O Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sisejufe promove dia 24 de abril, das 9h às 12h, no teatro do Centro Cultural Justiça Federal – av. Rio Branco, 241, o seminário “Previdência Complementar no setor público: impactos da implantação do modelo”. O evento será a oportunidade para que servidores ativos, aposentados e pensionistas do Judiciário Federal se informem e debatam sobre as mudanças das regras previdenciárias do setor público aprovadas pelo Senado em 28 de março. O seminário é aberto a participação de dirigentes e servidores filiados de outros sindicatos.

O debate contará com a participação do desembargador federal, Marcelo Leonardo Tavares, diretor do Foro e corregedor permanente dos Serviços Auxiliares da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.



Mariana Liria coordenará o evento

Tavares também é especialista em direito previdenciário.

O vice-presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado do Rio Grande do Sul (Sindifisco/RS), Celso Malhani de Souza, pós-graduado em Gestão Fazendária, também confirmou presença. O seminário terá a coordenação da diretora e coordenadora do Departamento Jurídico do Sisejufe, Mariana Liria, na mesa de debate. Os interessados em

participar podem se inscrever pelo e-mail contato@sisejufe.org.br ou pelo telefone (21) 2215-2443.

De acordo com o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 02/2012 aprovado, não há mais a garantia de aposentadoria integral para os servidores que recebem acima do teto do Regime Geral da Previdência, atualmente em R\$ 3.916,20. A partir da implementação do novo sistema previdenciário, serão criadas três entidades fechadas de previdência privada, uma para cada Poder da República: Executivo, Legislativo e Judiciário.

A implementação das entidades deve ocorrer até 180 dias após a publicação da lei no Diário Oficial da União. As fundações serão administradas de forma compartilhada entre representantes dos servidores e do Poder a que se referem, compondo os conselhos deliberativo e fiscal.

Nova turma de Espanhol para iniciantes começa em 12 de maio

O Sisejufe abrirá novo ciclo no curso de espanhol, aos sábados, com turma para iniciantes, aberta à comunidade em geral. As matrículas estão abertas e podem ser feitas pelo e-mail roberto@sisejufe.org.br ou pelo telefone 9189-9746. As aulas começam dia 12 de maio. Os alunos da turma atual se formaram no mês de abril.

O horário da nova turma será das 8h30min às 12h30min, com aulas de quatro horas super concentradas. Toda a parte gramatical do Espanhol é explorada, e as habilidades de leitura, oralidade e gramática são trabalhadas no curso. Os professores do curso são licen-



ciados e possuem diploma oficial do governo Espanhol (Dele).

O livro adotado é o “Mucho Éxito” e as mensalidades são R\$ 60 para servidores filiados ao Sisejufe ou a sindicatos CUTistas e seus dependentes. Demais alunos pagam R\$ 80. As aulas acontecem na sede do Sisejufe - Presidente Vargas, 509, 11º andar.

“É preciso uma profunda reforma sindical no Brasil”

Imposto Sindical Dirigente nacional da CUT visita Sisejufe e fala do plebiscito e de igualdade de gênero

Henri Figueiredo*

A secretária nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, Rosane da Silva, conversou com o Contraponto em 9 de abril, durante visita ao Sisejufe, e falou basicamente sobre dois temas: a campanha nacional por liberdade e autonomia sindicais, plataforma que a CUT formula e pratica desde a sua criação, com ênfase para o plebiscito contra a cobrança do imposto sindical e pela instituição de uma contribuição negociada entre os sindicatos e as categorias por eles representadas. Rosane da Silva também falou sobre a proposta de paridade entre homens e mulheres nos cargos de executivos e diretivos da CUT e, por consequência, de seus sindicatos filiados – tese que será defendida e votada no próximo congresso da central, em julho deste ano.

*Da Redação.

Contraponto – Como tem se desenvolvido, pelo país, a campanha contra o imposto sindical?

Rosane – A gente já iniciou a coleta de votos e temos a proposta de atingir o máximo de trabalhadoras e trabalhadores de norte a sul do país. Inclusive a Executiva Nacional da CUT está percorrendo todo o Brasil e mobilizando junto às CUTs estaduais. Precisamos pressionar o Congresso Nacional e o próprio governo federal para que o tema vá a debate no Parlamento. Existe uma proposta de legislação que trabalha com a ideia de acabar com esse tributo e, a partir daí, implantar a taxa negociada, fruto da negociação coletiva. Então, o Plebiscito Contra o Imposto Sindical é uma das campanhas que a CUT está realizando por liberdade e autonomia sindical. A nossa central sindical nasceu com essas bandeiras e estamos considerando hoje um momento muito oportuno, no terceiro mandato do PT, em que temos avançado de fato na democracia, mas precisamos trazer para esse debate que o mundo do trabalho é um espaço extremamente antidemocrático. Portanto para que a gente avance, é preciso fazermos uma profunda reforma sindical no Brasil. Um dos aspectos dessa reforma é tratar do

financiamento da estrutura sindical. A CUT sempre defendeu que os trabalhadores devem decidir livremente como financiar suas entidades sindicais e não o Estado impor aos trabalhadores uma taxa – que é o imposto sindical. Por isso estamos fazendo este plebiscito como forma de mostrar à sociedade brasileira que as trabalhadoras e os trabalhadores não concordam com essa cobrança compulsória que é descontada todo ano no mês de março.

Contraponto – A CUT vem encontrando muita resistência das outras centrais sindicais, que se alimentam do imposto sindical, não é verdade?

Rosane – Sim, inclusive as outras centrais sindicais lançaram a campanha da unicidade sindical e têm batido fortemente na CUT porque elas trabalham com a ideia de que o fim do imposto sindical vai desestruturar o movimento sindical brasileiro. Na nossa opinião, é o contrário porque se um sindicato, de fato, está ali defendendo os interesses de sua categoria, fazendo o processo de negociação coletiva, brigando pelos direitos no local de trabalho, brigando para que os trabalhadores e trabalhadoras tenham uma outra condição de vida a partir de seu local de trabalho, esses sindicatos não vão acabar. Porque os trabalhadores reconhecem o papel de seus sindicatos. Vão acabar os sindicatos de gaveta. Para a CUT, esses nunca deveriam existir. Há mais de 18 mil sindicatos em nosso país e tem um conjunto deles que não tem nenhum papel na sociedade brasileira – estes só se alimentam desse imposto sindical que todo o ano cai 60% do total recolhido daquela categoria nos cofres do sindicato. Existem sindicatos que permanecem o ano inteiro apenas com esses recursos porque não fazem nenhum trabalho de base. Um sindicato combativo faz trabalho de base, faz material para a categoria, dialoga com ela, tem que ir no local de trabalho identificar quais são os principais problemas e implementar um conjunto de ações que mude essa realidade. Um sindicato de gaveta não faz nada disso. Ele apenas sobrevive com o imposto sindical.

Contraponto – Outra ação política importante, nesse momento, tem a ver com a paridade



Foto: Henri Figueiredo

ROSANE DA SILVA
 “Um dos aspectos dessa reforma é tratar do financiamento da estrutura sindical. A CUT sempre defendeu que os trabalhadores devem decidir livremente como financiar suas entidades sindicais e não o Estado impor aos trabalhadores uma taxa – que é o imposto sindical. Por isso estamos fazendo este plebiscito, como forma de mostrar à sociedade brasileira que os trabalhadores e as trabalhadoras não concordam com essa cobrança compulsória que é descontada todo ano no mês de março.”

entre homens e mulheres nos cargos diretivos na central sindical. Como está esse debate?

Rosane – As mulheres vivem uma condição diferenciada. A nós sempre foi ensinado que o espaço privado, o lugar da casa, é o lugar das mulheres; e o espaço público, é o lugar dos homens. Nós da CUT, portanto, estamos sendo pioneiras em mais uma luta – a do aumento da participação feminina nos espaços públicos; e, além disso, já somos 42,6% da população economicamente ativa do país. Como superar a diferença enorme que ainda existe, com poucas mulheres ocupando os espaços públicos, a vida pública? É construindo políticas, mecanismos que tragam as mulheres para a vida política. Essa perspectiva nós temos lançado e estaremos debatendo durante o 11º Congresso da CUT (de 9 a 13 de julho de 2012): A Paridade nos Espaços de Direção.

Contraponto – Os debates regionais já começaram?

Rosane – Já iniciaram os processos de assembleias de base, em 25 de março e vão até 22 de abril, quando todos os sindicatos, de norte a sul do país, vão tirar delegados e delegadas aos congressos estaduais e nacional; depois, em maio e junho, vão acontecer

os congressos estaduais; e em julho o congresso nacional onde a gente encerra esse debate votando a paridade no interior da CUT. Temos certeza absoluta que essa tese da paridade será amplamente aprovada na nossa central sindical.

Contraponto – Parece que há um consenso sobre essa proposta na CUT...

Rosane – Temos uma maioria absoluta favorável à paridade. Mas temos uma polêmica: a data de aplicação desta paridade. Nós defendemos que a paridade seja aplicada desde já e tem um setor da CUT que defende que seja aplicada a partir de 2015. Há também outro setor, bastante minoritário, que defende que não é preciso haver paridade, porque a classe trabalhadora é uma só e, portanto, nessa visão, a classe trabalhadora seria assexuada, não teria dois sexos, e os interesses da classe estariam acima dos interesses de gênero.

Contraponto – Como se dá hoje a divisão entre homens e mulheres na Direção e na Executiva nacional da CUT?

Rosane – Na Executiva, somos 25 e, destes, somos 7 mulheres. Na Direção, somos 115, dos quais 30% são de mulheres.

Contraponto – Haverá um indicativo para os sindicatos CUTistas seguirem a paridade em suas direções?

Rosane – Sim. A nossa proposta é de que tanto as nossas confederações, federações quanto sindicatos comecem a debater na perspectiva de aplicar a paridade entre homens e mulheres nas direções sindicais a partir de 2015.

Contraponto – O fato de trazer a mulher trabalhadora para o espaço público, o espaço da política, da vida sindical, também não seria mais um aspecto no problema já grave da dupla, às vezes, tripla jornada?

Rosane – Claro, por isso trabalhamos com a ideia de um conjunto de mecanismos que de fato tragam as mulheres e elas permaneçam. A dupla jornada ainda é uma realidade em nossas vidas. Somos nós, as mulheres, que temos que nos preocupar em voltar pra casa e cuidar da família, da casa, dos filhos, lutamos para compartilhar isso, mas ainda é uma realidade. Um sindicato que quer de fato representar uma categoria tem que olhar pra isso e, inclusive, rever os seus horários de fazer reuniões e assembleias para que, de fato, as mulheres possam vir para o ambiente sindical.

“O Ungido” narra a história da Igreja Evangélica no Brasil nos últimos 30 anos

Prata da Casa Livro traz reflexões sobre família, fé, poder e o real sentido do evangelho

“Quando comecei a escrever foi pensando no público evangélico, mas acabei contando uma história que até quem não é evangélico e for ler, entenderá a mensagem”

Tatiana Lima*

Técnico judiciário lotado na 8ª Vara Criminal do Rio, Cláudio Baroni lançou em fevereiro de 2011 o livro “O Ungido: ascensão e queda”. Segundo ele, trata das profundas transformações por quais passou a Igreja Evangélica no Brasil, nas últimas três décadas do século 20. O romance conta a história e conflitos de uma família que congrega em uma igreja abalada após a substituição do pastor. Um líder carismático que se deixa levar pela ambição de implantar uma série de novidades com o intuito somente de satisfazer a própria cobiça.

O pastor se afasta da simplicidade do evangelho e se autodenomina o “ungido”. “Quando comecei a escrever foi pensando no público evangélico, mas acabei contando uma história que até quem não é evangélico e for ler, entenderá a mensagem”, ressalta o servidor.

A narrativa do livro é ficcional e permeada por episódios do cotidiano evangélico. O intuito é conduzir o leitor a reflexões sobre o significado da família, a fé, religião e poder, além do real sentido do evangelho cristão.

“Quis demonstrar que qualquer cristão pode e deve interpretar a Bíblia, e nesse ponto não há diferença entre clérigo e leigos (e esse é um dos pilares da reforma protestante). Seja pastor, bispo, apóstolo, uma pessoa não é o único ‘ungido’,

o único que tem poder de interpretar as escrituras e não pode manipular os fiéis a seu bel-prazer”, opina o técnico judiciário.

Formado em Economia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e em Direito pela Universidade Estácio de Sá, Claudio Baroni é mais um personagem que o Projeto Prata da Casa apresenta ao funcionalismo do Judiciário Federal do Rio. Iniciativa do Departamento de Formação, Cultura, Esporte e Lazer do Sisejufe, que tem por objetivo descobrir, divulgar e dar espaço a servidoras e servidores que possuam talentos artísticos e literários fora da repartição do serviço público.

Mas o processo de criação fez o servidor refletir sobre várias questões. “À medida que fui escrevendo, foi inevitável, enfrentar muitas das críticas feitas ao movimento evangélico. Percebi que o pano de fundo da história não era apenas uma igreja e sim as muitas questões levantadas sobre o movimento evangélico em geral. Embora existam e sempre vão existir pessoas de mau-caráter, exploradoras, arrogantes e ladrões, é preciso ressaltar que o Evangelho não é isso. Por isso, a narrativa do livro também mostra o lado de muitos que deixam família, bens e conforto, arriscando a própria vida, para anunciar a Cristo nos piores lugares do mundo”, destaca Cláudio.

*Da Redação.

Descoberta de Talentos – Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio, tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br



Foto: Arquivo Pessoal

“Quis demonstrar que qualquer cristão pode e deve interpretar a Bíblia, e nesse ponto não há diferença entre clérigo e leigos. Seja pastor, bispo, apóstolo, uma pessoa não é o único ‘ungido’ e não pode manipular os fiéis”



O UNGIDO
ASCENSÃO E QUEDA



Cláudio Schueler Baroni

Dificuldade para publicar e redescoberta do prazer de escrever

Engana-se quem pensa que a publicação de “O Ungido” foi tarefa fácil. O rascunho feito em 2009, somente foi lançado após peregrinação em várias editoras, inclusive, as evangélicas. “Entrei em contato com várias editoras evangélicas e algumas delas, disseram que não poderiam publicar o livro porque não se encaixava no perfil editorial”, conta.

Foi somente quando Cláudio descobriu o portal Agbook, que ele conseguiu publicar o romance de forma gratuita. O livro “O Ungido: ascensão e queda” está à venda no site da Agbook (ht-

ttp://agbook.com.br) em duas versões: impresso (R\$ 35,71) e para e-book (R\$ 6,94).

Morador de Bento Ribeiro, Zona Norte do Rio, com 46 anos, casado e pai de uma filha, Claudio descobriu o gosto pela leitura e a escrita ainda na infância. “Amava ler gibis, mas isso não bastava. Como eu gostava muito de desenhar, eu mesmo criava histórias em quadrinhos das quais, infelizmente, todas foram para o lixo”, lamenta.

O prazer de escrever foi redescoberto na faculdade ao realizar o trabalho de conclusão de

curso de Economia. A partir daí, passou a redigir textos e artigos para o jornal da Igreja Evangélica que frequentava em Bangu. Em 2009, com incentivo da mulher resolveu escrever o romance. Porém, o servidor precisou driblar a filha para conseguir terminar o livro. “O grande problema é que os personagens e a trama vinham a minha mente, mas eu tinha que disputar com a minha querida filha adolescente, amante do msn, my space e outros, o único computador da casa”, lembra. Mas conseguiu concluir. (Tatiana Lima)